



COLUNA ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI
Com Walmor Parente, Carol Purificação
e Tom Camilo.

OFENSIVA

Em mais uma ofensiva contra decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), o PL - partido que tem a maior bancada da Câmara -, orientou seus deputados para obstruírem até as votações nas comissões como forma de protesto. Para os parlamentares, a Suprema Corte está usurpando o poder de legislar do Congresso Nacional. Em outra frente, foi protocolada na Mesa Diretora da Câmara a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 50/23) que autoriza o Congresso a anular decisões definitivas do STF consideradas inconstitucionais. Já no Senado, foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta de emenda (PEC 8/2021) que limita decisões monocráticas e pedidos de vista nos tribunais superiores.



Condenação branda

Recursos federais re-passados para Cacimba de Areia (PB), um dos municípios mais pobres do Brasil - ocupa a 4.238ª colocação no Ranking Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - foram desviados por meio de notas falsas pelo ex-prefeito Betinho Campos. Mais de doze anos após a descoberta da fraude, ele foi condenado pela Justiça Federal a apenas três anos e nove meses de reclusão.

Nichos

Os índices revelados pela pesquisa CNT mostram que o Governo Lula mantém a aprovação em nichos eleitorais que o apoiaram na eleição, como as mulheres (58%), eleitores da região Nordeste (68%) e pessoas que têm renda menor que dois salários mínimos (63%). Já pessoas que ganham mais de cinco salários (53%) e evangélicos (53%) seguem reprovando o petista.

Na fila

O deputado Max Lemos (PDT-RJ) já tenta há mais de um mês audiência com ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), para assinar termo de acordo feito entre a Eletronuclear e os municípios de Parati, Angra dos Reis e Rio Claro para receber valores devidos desde 2009.

Golpe do bem

Ministros do STJ fizeram uma homenagem à presi-

Com Carolina Freitas e Sara Moreira -reportagem@colunaesplanada.com.br

Portugal acaba com isenção dada para atrair aposentados estrangeiros

AFP

O governo português anunciou que deixará de conceder isenções fiscais aos aposentados estrangeiros a partir de 2024. De acordo com o primeiro-ministro de Portugal, Antonio Costa, a medida é necessária para evitar o aumento dos preços dos imóveis, em meio à crise imobiliária do país.

"Manter tal programa no futuro seria prolongar uma medida de injustiça fiscal injustificada e seria uma forma indireta de os preços do mercado imobiliário continuarem a subir", disse o chefe do governo socialista em uma entrevista à CNN Portugal na noite de segunda-feira, 2. Segundo ele, as isenções já concedidas permaneceriam em vigor.

Criada em 2009 para estrangeiros que vivem pelo menos metade do ano em Portugal, essa isenção concedida por dez anos era total até 2020. Desde então, os

recém-chegados puderam se beneficiar de uma taxa de imposto reduzida de 10%.

A medida, que entrou em vigor após uma simplificação do procedimento em 2012, tinha como objetivo atrair capital estrangeiro para o país, que estava passando por uma crise de dívida.

Cerca de 10 mil pessoas foram beneficiadas, em sua maioria aposentados franceses, britânicos ou italianos, que se estabeleceram principalmente na região de Lisboa ou nos resorts à beira-mar do Algarve (sul) e que contribuíram enormemente para o relançamento do mercado imobiliário.

INCENTIVO

Desde o ano de 2010, os recém-chegados puderam se beneficiar de uma taxa de imposto reduzida de 10%.

Comissão do Senado aprova PEC que põe limite em decisões de ministros do STF

Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

AGÊNCIA O GLOBO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC)

que limita decisões monocráticas e pedidos de vista nos tribunais superiores. A aprovação vem na esteira de outras medidas feitas pelo Congresso em um cabo de guerra com o Supremo, como a aprovação do marco temporal da terra indígena.

A proposta é de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e foi relatada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC). O texto precisa agora ser aprovado pelo plenário do Senado e depois pela Câmara.

A proposta foi aprovada em 42 segundos, sem discussão do texto e por votação simbólica (sem a contagem de votos).

"O Supremo tem de aprender a ser um colegiado. Quando um único ministro decide sozinho, fica com um poder absurdo", afirmou o autor da PEC, Oriovisto.

O texto propõe medidas como a definição de prazos para pedidos de vista em processos judiciais e a exi-



A COMISSÃO de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita decisões monocráticas

gência de maioria absoluta de votos dos membros para suspender a eficácia de leis e de atos normativos de amplo alcance, vedando assim decisões unilaterais e monocráticas.

O que diz a PEC:

- Define que pedidos de vista (tempo a mais para se analisar processos) em tribunais devem ser coletivos (por todos os membros) e limitados a seis meses, podendo ser renovados por mais três

- Após o prazo do pedido de vista, o processo

é incluído automaticamente na pauta de votações

- Proíbe decisões monocráticas (feitas apenas por um único ministro) que tenham como efeito suspender leis ou atos normativos que atinjam a coletividade

- Também proíbe decisões monocráticas para suspender atos do presidente da República ou dos presidentes da Câmara, do Senado e do Congresso

- A definição do prazo para o pedido de vista, na prática diminui o poder que um ministro teria individualmente para interromper o jul-

gamento sem limite de tempo.

O Senado já havia rejeitado uma PEC, também de autoria de Oriovisto, de conteúdo similar, em maio de 2019. O texto chegou a ser aprovado pela CCJ, mas foi derrotado ao chegar ao plenário da Casa.

"É inegável que a PEC aperfeiçoa o sistema de processo constitucional brasileiro, conforme reconhecido por juristas dos mais variados campos do espectro ideológico", afirmou o senador Esperidião Amin em seu parecer.

Fazenda vai cobrar as maiores dívidas tributárias do País

AGÊNCIA ESTADO

Responsável pela cobrança de impostos e outras dívidas não quitadas com o governo federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai lançar o projeto 100+, uma força-tarefa para solucionar as cem maiores execuções fiscais do País, que são processos em que a União cobra débitos dos contribuintes na Justiça. Hoje, essas ações somam R\$ 180 bilhões.

A procuradora-geral da PGFN, Anelize Almeida, afirmou em entrevista ao Estadão que um dos principais objetivos do órgão é reduzir o chamado contencioso tributário, ou seja, a disputa judicial entre o Estado e o contribuinte, que ultrapassa os R\$ 5 trilhões.

A iniciativa ocorre em meio ao esforço arrecadatório da equipe econômica comandada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem o desafio de atingir metas fiscais audaciosas nos próximos anos - ainda cercadas de dúvidas e desconfiâncias. Para Anelize, porém, a medida não é apenas arrecadatória, mas também de justiça fiscal: "O objetivo é

recuperar créditos que o contribuinte deveria ter pago e não pagou".

Segundo a PGFN, trata-se de um projeto estratégico, de médio e longo prazo. Por esse motivo, nenhum valor referente à iniciativa foi previsto nas metas arrecadatórias de 2024, quando o Ministério da Fazenda prevê elevar a receita federal em R\$ 168 bilhões com o objetivo de zerar o rombo nas contas públicas.

Nessa lista das 100+, que ainda está sendo elaborada, serão consideradas apenas as execuções viáveis de serem cobradas - deixando de lado, por exemplo, empresas que estão falidas há muitos anos. Anelize pondera que a PGFN não tem a pretensão de ganhar todas as causas, que somam R\$ 180 bilhões e envolvem teses tributárias complexas, mas afirma que o Estado precisa resolver e encerrar esses litígios.

"Em um país como o Brasil, com essa desigualdade social que a gente tem, R\$ 5 trilhões em contencioso é inviável, é irreal. Está todo mundo pagando essa conta", diz Anelize. "As empresas estão pagando porque esse contencioso demora a ser resolvido ou por conta do custo financeiro das garantias".

TSE abre código-fonte da urna para 'hackers do bem'

AGÊNCIA ESTADO

O Tribunal Superior Eleitoral abriu na manhã de ontem, o código-fonte da urna eletrônica para inspeção. O procedimento ocorre um ano antes das eleições municipais de 2024, para que entidades fiscalizadoras possam averiguar o funcionamento do sistema eletrônico de votação.

O presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes, afirmou que a inspeção vai reafirmar o que 'sempre o TSE afirmou e demonstrou'. "Não há vulnerabilidade nas urnas", reiterou. Segundo o ministro, os 'hackers do bem' poderão analisar o código-fonte para 'atestar novamente a invulnerabilidade e a total transparência, com segurança, que as urnas fornecem aos eleitores'.

"Temos a partir desse início do ciclo de transparência democrática a reafirmação de que o TSE está sempre aberto a todos que queiram auxiliar, fiscalizar, melhorar a forma como nós exercemos a nossa democracia. Com a certeza que, em 2024, teremos mais uma eleição com total tranquilidade e transparência para que possamos solidificar mais nossa democracia", indicou Moraes.

O ministro lembrou que celebra-se, nesta quinta-feira, 5, os 35 anos da Constituição de 1988. Ele ressaltou que trata-se do maior período de estabilidade democrática desde o início da República. Além disso, reafirmou que as urnas eletrônicas são 'motivo de orgulho nacional'.

"Amanhã completa-se 35 anos da Constituição com estabilidade democrática, eleições periódicas e a certeza de que o Brasil tem o sistema mais eficiente, invulnerável e transparente de votação do mundo", frisou.

Com a abertura do código-fonte dá-se início ao ciclo de transparência das eleições 2024, no qual entidades poderão fiscalizar o sistema eletrônico de votação em 40 oportunidades distintas. Anteriormente, o código ficava disponível para auditoria seis meses antes do pleito. Nas eleições de 2022, o período de fiscalização aumentou para um ano. Na cerimônia realizada ontem, o TSE destacou que o sistema eletrônico de votação é 'seguro, transparente, auditável, inovador, célere e inclusivo'. Moraes indicou que a fiscalização do código-fonte das urnas nada mais é do que a análise dos comandos que determinam como o equipamento funciona, do voto até a apuração.

Joaci Góes



PONTO DE VISTA

A força da Amazônia Azul

Para o médico e querido amigo Rodolfo Dantas!

A Amazônia Azul é o espaço oceânico, ao longo de nossa costa, de cerca de 5,7 milhões de km², a maior parte da qual tem assegurada o direito de exploração de suas riquezas, exclusivo do Brasil. Esse acréscimo decorreu da ampliação, por força de convenção internacional, de 12 para 200 milhas da faixa de mar pertencente às nações ribeirinhas. Essa área, somada à terrestre, eleva, o território nacional, de 8,5 milhões de km², para 14,2 milhões de km². Trata-se, portanto, de um acréscimo notável às nossas já imensuráveis riquezas naturais que, historicamente, não temos sabido explorar, razão do grande descompasso entre o que somos e o que deveríamos ser, em matéria de bem estar de nossa gente, algo semelhante aos Estados Unidos, Canadá e Austrá-

lia, para mencionarmos, apenas, as nações do Primeiro Mundo com grande base territorial.

No Brasil, em geral, e na Bahia, em particular, as pesquisas revelam que o povo brasileiro continua dormindo em berço esplêndido, como em tantos outros domínios, relativamente ao significado da Amazônia Azul para as nossas vidas, sono de que despertamos, com vigor, na última terça-feira, dia 3 de outubro, com um conjunto de atividades iniciadas pela manhã, na sede do Segundo Distrito Naval, quando o seu Comandante, o Almirante Antônio Carlos Cambra fez uma rica apresentação do conceito e conteúdo dessa nova e exuberante dimensão para a vida do povo brasileiro, na medida em que fomos capazes de explorá-la, na multiplicidade de suas facetas, sem prejuízo da indispensável preservação ambiental. Observe-se que, em razão de sua extensa costa, a Bahia é, de longe, o estado bra-

sileiro com maior acréscimo de seu território original, com potencial, portanto, para colher os maiores benefícios, apesar de nos encontrarmos atrás do Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, em matéria da adoção de medidas oficiais, prévias ao aproveitamento dessas novas e gigantescas possibilidades, com a exceção de oportunas medidas formais de iniciativa do PGR Augusto Aras e do Projeto de Lei, em curso na Câmara dos Deputados, de autoria da deputada federal Roberta Roma, destinado a assegurar a Salvador o reconhecimento ostensivo como a capital da Amazônia Azul. Essa medida decuplicará a fama de nossa Soterópolis, mundo afora. Seguiu-se, à noite, uma histórica sessão solene, na sede da Câmara de Vereadores, quando discorreram sobre o momento tema, o Vereador Téo Sena, líder e organizador do pioneiro evento, no âmbito municipal, o Almirante Cambra, o empresário e artista plástico Durval Olivieri, o diretor da WWI, no Brasil, o ambientalista Eduardo Athayde, líder do movimento pelo engajamento da Bahia na magna questão, o deputado Eduardo Salles, pioneiro do tema na Assembleia Legislativa, com a

palavra final do empresário Roberto Oliva, presidente nacional das entidades portuárias.

O sentimento que dominou o semblante e a reação do qualificado auditorio foi o de que ali se realizava um acontecimento histórico de grande significado para o desenvolvimento da Bahia e do Nordeste.

A Marinha Brasileira é a instituição a quem cabe o controle, monitoramento e defesa de nossa Amazônia Azul, de modo a assegurar a proteção, preservação e aproveitamento sustentável de suas riquezas paisagísticas, navegacionais, turísticas, ecológicas, minerais, farmacológicas, energéticas e alimentícias.

O Brasil deve ao Almirante Roberto de Guimarães Carvalho a inspiração para cunhar o batismo de inestimável valor: Amazônia Azul.

Sem prejuízo de uma revisão urgente em nossas práticas educacionais, sem o que nenhum progresso digno desse nome se viabiliza, e da grande crise que atravessa nossa segurança pública, um movimento de tamanho significado, para acelerar-se, torna imprescindível que sua liderança seja assumida pelo Governador Jerônimo Rodrigues.